

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Como o metanol age no corpo e pode provocar falência de órgãos

Casos recentes de intoxicação grave por metanol — composto químico usado em solventes e combustíveis, altamente tóxico e impróprio para consumo humano — causam preocupação no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, há quatorze casos confirmados, com duas mortes em São Paulo, e outros cento e oitenta e um em investigação.

Embora o metanol e o etanol sejam quimicamente semelhantes e indistinguíveis a olho nu, seus efeitos no organismo são radicalmente diferentes. Ambos são metabolizados pela mesma enzima no fígado, mas o etanol gera substâncias menos nocivas, enquanto o metanol é transformado em formaldeído e ácido fórmico, compostos extremamente tóxicos. O ácido fórmico corrói o nervo óptico, afeta estruturas do sistema nervoso, altera o pH do sangue e compromete o funcionamento de órgãos vitais, podendo levar à falência de múltiplos sistemas.

As intoxicações recentes chamam atenção por ocorrerem em bares, com bebidas adulteradas como gim, uísque e vodca. Não se sabe se o metanol foi adicionado intencionalmente ou se houve contaminação acidental, mas autoridades suspeitam da primeira hipótese.

O metanol é rapidamente absorvido, e os sintomas aparecem entre duas e quarenta e oito horas após a ingestão, dependendo da dose. Os metabólitos tóxicos atingem rapidamente o sistema nervoso, provocando dor de cabeça intensa, alterações visuais e, em casos graves, cegueira. A substância também causa acidose metabólica, tornando o sangue mais ácido. O corpo tenta compensar, aumentando a frequência respiratória, mas o coração, os pulmões e os rins sofrem com a sobrecarga, o que pode levar à insuficiência renal e falência múltipla de órgãos. Não há dose segura: até dez mililitros já foram suficientes para causar casos graves.

O tratamento precisa ser rápido e envolve a administração de etanol endovenoso, que compete com o metanol no fígado e impede sua conversão em ácido fórmico. Hemodiálise, bicarbonato endovenoso, suporte respiratório e hidratação também são utilizados. Em outros países, o fomepizol, ainda indisponível no Brasil, bloqueia diretamente a enzima responsável pelo metabolismo do metanol e evita a formação de substâncias tóxicas.

A recomendação mais segura é evitar o consumo de destilados até novas orientações das autoridades sanitárias, pois não é possível identificar a presença de metanol pela aparência, odor ou marca. Casos recentes envolveram até pessoas jovens e saudáveis que consumiram pequenas quantidades em

estabelecimentos de alto padrão.

A população deve ficar atenta a sintomas como náusea intensa, tontura, alterações visuais e falta de ar após ingerir álcool. Quem tiver dificuldade em suspender o consumo deve procurar ajuda profissional.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj4yg10envko>.adaptado.

Questão 01

O metanol é rapidamente absorvido, e os sintomas aparecem entre duas e quarenta e oito horas após a ingestão, dependendo da dose.

Assinale a alternativa correta quanto à nova pontuação, sem alteração do sentido original da frase.

- (A) O metanol é rapidamente absorvido e os sintomas aparecem entre duas e quarenta e oito horas após; a ingestão dependendo da dose.
- (B) Dependendo da dose, o metanol é rapidamente absorvido, e os sintomas aparecem entre duas e quarenta e oito horas após a ingestão.
- (C) O metanol é rapidamente absorvido, dependendo da dose e, os sintomas aparecem entre duas e quarenta e oito horas após a ingestão.
- (D) O metanol é rapidamente absorvido e, — dependendo da dose — os sintomas aparecem entre duas e quarenta e oito horas após a ingestão.

Questão 02

O texto explica em detalhes como o metanol, embora semelhante ao etanol em aparência e propriedades físicas, causa efeitos devastadores no organismo humano. Ao ser metabolizado no fígado, transforma-se em substâncias altamente tóxicas, como o formaldeído e o ácido fórmico.

De acordo com o texto base, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A formação de ácido fórmico no organismo, resultado do metabolismo do metanol, desencadeia alterações profundas e potencialmente fatais, comprometendo diversas funções essenciais do corpo humano.
- (B) A produção de ácido fórmico é uma resposta natural do organismo ao metanol e atua na neutralização de seus efeitos tóxicos.
- (C) A ação corrosiva do ácido fórmico se restringe ao sistema nervoso central, sendo esse o único diretamente afetado pela presença dessa substância tóxica.
- (D) O metabolismo do metanol não interfere diretamente no funcionamento dos órgãos, e sua toxicidade ocorre apenas devido à presença no sangue em altas concentrações.

Questão 03

Considere os dois trechos reduzidos do texto base:

Trecho 1

"O metanol é rapidamente absorvido. Os primeiros sintomas podem ser sentidos de duas até 48 horas — a depender de quanto da substância foi ingerido. Em algumas intoxicações se usa lavagem gástrica, mas no caso do metanol isso não adianta, porque a absorção é muito rápida."

Trecho 2

"Essa combinação de efeitos pode levar à falência múltipla de órgãos, porque cada sistema vital passa a funcionar de forma inadequada."

De acordo com a análise dos dois trechos, assinale a alternativa correta quanto aos aspectos de coesão textual.

- (A) O conectivo "porque", empregado no Trecho 2, estabelece relação de conclusão, marcando a consequência dos fatos descritos anteriormente.
- (B) A palavra "essa" funciona como intensificador, reforçando o grau de gravidade dos efeitos mencionados, sem estabelecer relação de retomada textual.
- (C) No Trecho 2, o emprego do pronome demonstrativo "essa" estabelece uma relação coesiva com o conteúdo do Trecho 1, pois retoma o conjunto de efeitos mencionados anteriormente, garantindo continuidade sem repetição lexical.
- (D) O uso do conectivo "mas", no Trecho 1, é responsável por reforçar uma relação de causa e efeito entre as orações, ligando-as de modo explicativo.

Questão 04

O ácido fórmico corrói o nervo óptico, afeta estruturas do sistema nervoso, altera o pH do sangue e compromete o funcionamento de órgãos vitais, podendo levar "à" falência de múltiplos sistemas.

Em relação ao sinal indicativo de crase, é correto afirmar que, nesta frase,

- (A) trata-se de caso facultativo, pois o substantivo "falência" pode ou não ser precedido de artigo definido, o que tornaria dispensável o uso do acento indicativo de crase.
- (B) a ocorrência de crase decorre da combinação da preposição "a" com o pronome demonstrativo "a", retomando um termo anterior no texto.
- (C) o emprego da crase é facultativo, podendo o acento grave ser omitido sem prejuízo das regras gramaticais e do sentido da frase.
- (D) o uso do acento indicativo de crase é obrigatório, pois resulta da fusão da preposição "a", exigida pelo verbo "levar", com o artigo definido feminino "a", que acompanha o substantivo "falência".

Questão 05

Os pulmões e os rins sofrem com a sobrecarga, o que "pode levar" à insuficiência renal e falência múltipla de órgãos.

Em relação à regência verbal, é correto afirmar que o termo destacado na frase funciona como:

- (A) verbo intransitivo, pois expressa uma ação completa que dispensa complementos.
- (B) verbo bitransitivo, já que apresenta dois complementos, um direto e outro indireto.
- (C) verbo transitivo indireto, pois o verbo "levar", nessa locução verbal, exige a preposição "a" para introduzir o termo que indica o resultado da ação.
- (D) verbo transitivo direto, pois o termo que o sucede completa seu sentido sem necessidade de preposição.

Questão 06

A população deve ficar atenta a sintomas como náusea intensa, tontura, alterações visuais e falta de ar após ingerir álcool.

No contexto da frase, o vocábulo "atenta" pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido, por:

- (A) curiosa.
- (B) inquieta.
- (C) vigilante.
- (D) displicente.

Questão 07

Os metabólitos tóxicos atingem rapidamente "o sistema nervoso", provocando dor de cabeça intensa.

De acordo com as regras de colocação pronominal, a forma culta do pronome oblíquo para substituir o termo destacado é:

- (A) Os metabólitos tóxicos atingem-no rapidamente, provocando dor de cabeça intensa.
- (B) Os metabólitos tóxicos atingem-lhe rapidamente, provocando dor de cabeça intensa.
- (C) Os metabólitos tóxicos o atingem rapidamente, provocando dor de cabeça intensa.
- (D) Os metabólitos tóxicos lhe atingem rapidamente, provocando dor de cabeça intensa.

Questão 08

Embora o metanol e o etanol sejam quimicamente semelhantes e indistinguíveis a olho nu, seus efeitos no organismo são radicalmente diferentes. Ambos são metabolizados pela mesma enzima no fígado.

O número de artigos simples presentes no trecho é de:

- (A) dois.
- (B) três.
- (C) quatro.
- (D) cinco.

Questão 09

Segundo o Ministério da Saúde, "há" quatorze casos confirmados, com duas mortes em São Paulo, e outros cento e oitenta e um em investigação.

Conjugando o verbo destacado no pretérito imperfeito do indicativo, tem-se:

- (A) Segundo o Ministério da Saúde, houve quatorze casos confirmados, com duas mortes em São Paulo, e outros cento e oitenta e um em investigação.
- (B) Segundo o Ministério da Saúde, haveriam quatorze casos confirmados, com duas mortes em São Paulo, e outros cento e oitenta e um em investigação.
- (C) Segundo o Ministério da Saúde, havia quatorze casos confirmados, com duas mortes em São Paulo, e outros cento e oitenta e um em investigação.
- (D) Segundo o Ministério da Saúde, haviam quatorze casos confirmados, com duas mortes em São Paulo, e outros cento e oitenta e um em investigação.

Questão 10

Casos recentes de intoxicação grave por metanol — "composto químico usado em solventes e combustíveis, altamente tóxico e impróprio para consumo humano" — causam preocupação no Brasil.

Sintaticamente, o termo destacado nesta frase trata-se de:

- (A) oração subordinada adjetiva explicativa, pois introduz uma forma verbal e desempenha papel de qualificação em relação ao substantivo "metanol".
- (B) adjunto adnominal, pois restringe o sentido do substantivo "metanol" ao exercer função de especificação necessária ao entendimento da frase.
- (C) aposto explicativo, pois acrescenta uma informação adicional ao substantivo "metanol", esclarecendo e detalhando seu significado, sem alterar a estrutura sintática da oração.
- (D) predicativo do sujeito, pois atribui características ao termo "metanol" ligando-o ao verbo "causam".

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

A coordenadora pedagógica Carla, responsável pelo laboratório de informática da Escola Estadual Aurora, realizou uma pesquisa com 100 alunos do Ensino Médio para compreender o uso das tecnologias digitais no processo de aprendizagem.

O levantamento revelou que:

- 70 alunos utilizam computador para estudar ou realizar trabalhos escolares;
- 50 alunos utilizam tablet com a mesma finalidade;
- 30 alunos afirmaram utilizar tanto o computador quanto o tablet.

Com base nesses dados, quantos alunos utilizam apenas um dos dois dispositivos para fins de estudo?

- (A) 60 alunos.
- (B) 40 alunos.
- (C) 30 alunos.
- (D) 50 alunos.

Questão 12

Durante uma auditoria, Marcos analisou o relatório que continha a seguinte informação:

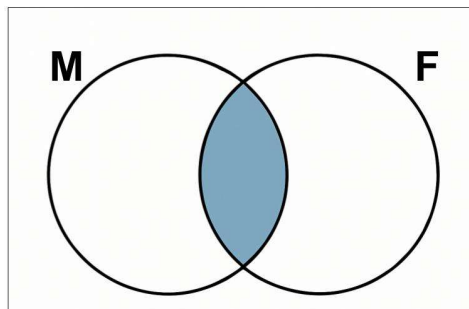
"Não é verdade que os funcionários que chegam cedo e entregam os relatórios no prazo serão avaliados positivamente."

Pela aplicação das Leis de Morgan, qual das afirmações abaixo equivale logicamente à anterior?

- (A) Nenhum funcionário será avaliado positivamente.
- (B) Os funcionários que chegam cedo ou entregam os relatórios fora do prazo não serão avaliados positivamente.
- (C) Somente os funcionários que chegam cedo serão avaliados positivamente.
- (D) Os funcionários que chegam tarde e não entregam relatórios serão avaliados positivamente.

Questão 13

O diagrama abaixo traz representados os conjuntos dos professores de Matemática (M) e Física (F) de uma escola.



Qual das proposições abaixo pode representar a área em destaque no diagrama?

- (A) Nenhum professor de Matemática leciona Física.
- (B) Alguns professores de Física são formados em Matemática.
- (C) Algum professor de Matemática também é professor de Física.
- (D) Nenhum professor de Física é professor de Matemática.

Questão 14

O gerente Marcos, responsável pela administração

financeira de uma loja de eletrodomésticos, implementou uma campanha de marketing digital com o objetivo de aumentar as vendas no mês de setembro.

Após o encerramento da campanha, Marcos analisou os relatórios e constatou que o faturamento mensal da loja aumentou de R\$ 48.000,00 para R\$ 60.000,00.

Com base nesses dados, qual foi o aumento percentual no faturamento da loja após a campanha?

- (A) O aumento foi de 25%.
- (B) O aumento foi de 30%.
- (C) O aumento foi de 20%.
- (D) O aumento foi de 15%.

Questão 15

A gerente de projetos Cíntia, responsável pelo setor de qualidade de uma empresa de tecnologia, precisa formar uma equipe de auditoria interna composta por 3 colaboradores para avaliar os processos de produção.

No total, há 6 funcionários qualificados disponíveis para a função, todos com as mesmas competências técnicas.

Considerando que a ordem de escolha dos integrantes não altera a composição da equipe, de quantas maneiras diferentes Cíntia pode formar esse grupo de trabalho?

- (A) De 36 maneiras diferentes.
- (B) De 18 maneiras diferentes.
- (C) De 20 maneiras diferentes.
- (D) De 24 maneiras diferentes.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

A nova gestão de um município, ao assumir, depara-se com uma Unidade de Controle Interno (UCI) com atuação historicamente focada em verificar a conformidade de documentos para pagamento de despesas e em apurar denúncias pontuais. O prefeito, com o intuito de implementar uma administração baseada em resultados, solicita ao Controlador Interno um plano de trabalho que demonstre como a UCI pode atuar de forma mais abrangente e estratégica, agregando valor à gestão pública. O Controlador precisa, portanto, fundamentar seu plano nas finalidades constitucionais e legais do sistema de controle interno, superando a visão restrita e burocrática anterior. Nesse contexto, qual das seguintes afirmativas descreve de forma mais completa e adequada as finalidades do sistema de controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal?

- (A) A finalidade primordial do sistema de controle interno é atuar como um órgão de natureza exclusivamente punitiva, cuja competência principal é a de instaurar processos administrativos disciplinares e aplicar sanções aos servidores que cometerem atos ilícitos, funcionando como a principal ferramenta de repressão à corrupção no município.

- (B) A competência do controle interno limita-se à análise prévia de todos os atos de despesa, conferindo-lhe um poder de veto sobre os gastos que considerar indevidos. Sua finalidade é, portanto, exclusivamente preventiva, garantindo que nenhum recurso seja pago sem a sua autorização expressa, sem avaliar os resultados ou a eficiência da gestão.
- (C) As finalidades do sistema de controle interno abrangem a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a verificação da legalidade e a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial quanto à economicidade, eficiência e eficácia, além de exercer o controle sobre operações de crédito e garantir a observância dos limites constitucionais e legais.
- (D) O sistema de controle interno municipal tem como única finalidade a prestação de apoio ao controle externo. Sua atuação é reativa, ou seja, ele só pode agir quando demandado pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo sua função principal a de preparar as respostas às diligências e fornecer os documentos solicitados pelo órgão de controle externo.

Questão 17

O presidente de uma entidade paraestatal, que gerencia recursos públicos mediante um contrato de gestão com o governo estadual, foi notificado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) para apresentar a prestação de contas anual do exercício de 2024. O prazo legal expirou há mais de 90 dias e, apesar das reiterações do TCE, o gestor não apenas deixou de apresentar a documentação, como também não forneceu qualquer justificativa para a omissão. A equipe técnica do TCE, impossibilitada de analisar a aplicação dos recursos e diante do silêncio do responsável, precisa adotar a medida processual cabível para apurar os fatos, quantificar um eventual dano ao erário e identificar os responsáveis. A ausência da prestação de contas é considerada uma das mais graves infrações no âmbito do controle externo, pois impede a verificação da regularidade da gestão. Qual instrumento processual de competência originária do Tribunal de Contas deve ser instaurado para apurar tal irregularidade?

- (A) A instauração de uma Tomada de Contas Especial, que é um processo de exceção, devidamente formalizado, com rito próprio, que objetiva apurar a responsabilidade por omissão no dever de prestar contas ou pela ocorrência de dano ao erário, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do débito para fins de ressarcimento.
- (B) A instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o gestor. O TCE assume a competência correccional da entidade e inicia um processo para apurar a falta funcional do gestor, que poderá resultar em sua demissão do cargo, sendo esta a principal ferramenta de responsabilização do Tribunal.

- (C) A propositura de uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa perante o Poder Judiciário. Diante da omissão, o TCE deve acionar diretamente a justiça para que o gestor seja processado e punido por improbidade, sendo esta a única medida cabível para forçar o ressarcimento ao erário.
- (D) A emissão de um Parecer Prévio pela Rejeição das Contas, que será encaminhado ao Poder Legislativo. Neste parecer, o TCE comunicará a omissão e recomendará ao Legislativo que julgue as contas do gestor como irregulares, aplicando as sanções políticas cabíveis, como a inelegibilidade.

Questão 18

Um município de médio porte está implementando sua primeira unidade de auditoria interna, e durante as discussões sobre o projeto de lei que a regulamentará, surgem diferentes visões sobre qual deveria ser seu papel fundamental. Uma corrente defende uma atuação com foco investigativo e punitivo, quase policialesco. Outra corrente sugere que a auditoria deveria se limitar a conferir a exatidão dos registros contábeis, subordinada à Secretaria de Finanças. O futuro chefe da unidade, um profissional certificado, busca esclarecer os vereadores e a equipe de governo sobre a função moderna e abrangente da auditoria interna, com base nas normas profissionais que regem a atividade. Sobre a função da auditoria interna, analise as afirmativas a seguir.

I.A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva, de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, auxiliando-a a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

II.A função primordial da auditoria interna é a apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções aos gestores e servidores. Seus trabalhos devem se concentrar na busca por culpados por irregularidades, sendo este o principal indicador de sucesso e efetividade da unidade de auditoria.

III.Para preservar sua independência e objetividade, é fundamental que a atividade de auditoria interna não assuma responsabilidades e atribuições que são típicas da gestão. Os auditores internos não devem, por exemplo, elaborar ou implementar procedimentos de controle, pois isso os colocaria em uma posição de avaliar o seu próprio trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
(B) I e II apenas.
(C) I e III apenas.
(D) II e III apenas.

Questão 19

Um grupo de estudantes de administração pública visita a Assembleia Legislativa de seu estado em outubro de 2025 para aprender sobre o processo orçamentário. Para sua surpresa, eles descobrem que os deputados estão em pleno debate, votando emendas e se preparando para aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2026. Ao mesmo tempo, eles leem nos jornais que a Secretaria de Planejamento do estado já está iniciando os estudos para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) que vigorará de 2027 a 2030. Confusos com a sobreposição de atividades, eles perguntam ao guia como é possível que o orçamento de um ano futuro seja votado enquanto o do ano corrente ainda está em execução e um plano para um futuro ainda mais distante já esteja sendo pensado. O guia explica que essa simultaneidade é a característica central do ciclo orçamentário. Sobre as fases do ciclo orçamentário, analise as afirmativas a seguir.

I.O ciclo orçamentário é composto por quatro fases distintas que se sucedem e se sobrepõem ao longo do tempo: a elaboração da proposta pelo Poder Executivo; a discussão e aprovação pelo Poder Legislativo; a execução orçamentária e financeira pelo Poder Executivo; e o controle e avaliação pelos controles interno, externo e social.

II.O exercício financeiro, que é o período de tempo ao qual a Lei orçamentária se aplica, tem a duração de um ano e, no Brasil, coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro, conforme o princípio da anualidade.

III.A fase de controle e avaliação do orçamento de um determinado exercício financeiro só se inicia após o término de todas as outras três fases do ciclo. Ou seja, o controle sobre o orçamento de 2025 só começará a ser exercido em 2026, após a sua execução completa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
(B) I e II apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e III apenas.

Questão 20

A controladoria de um município, ao realizar a conciliação das contas bancárias e dos registros contábeis do Tesouro Municipal, identificou três ingressos de recursos significativos que foram registrados de forma genérica, gerando dúvidas quanto à sua correta natureza e impacto no balanço patrimonial. O primeiro ingresso refere-se a um depósito judicial efetuado por um cidadão que discute na justiça o valor do seu IPTU; o montante ficará sob a guarda do município até a decisão final do processo. O segundo é o recebimento da cota-parte do ICMS, transferida regularmente pelo governo estadual. O terceiro ingresso corresponde à retenção da contribuição previdenciária (RPPS) na folha de pagamento dos servidores

municipais, valor que deve ser posteriormente repassado ao fundo de previdência do município. Para garantir a fidedignidade das demonstrações contábeis, é imperativo classificar corretamente essas entradas. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I.O valor recebido a título de depósito judicial para discussão do IPTU classifica-se como uma receita extraorçamentária, pois representa um recurso de terceiros que transita temporariamente pelo caixa do município. Trata-se de um passivo exigível, que deverá ser devolvido ao depositante ou convertido em receita orçamentária, a depender da decisão judicial, não afetando o patrimônio líquido no momento de seu ingresso.

II.A cota-parte do ICMS transferida pelo Estado é uma receita orçamentária corrente, especificamente uma transferência corrente, pois se trata de um recurso que pertence efetivamente ao município, destinado ao financiamento de suas atividades e programas, integrando o orçamento público e alterando positivamente o patrimônio líquido da entidade.

III.A retenção da contribuição previdenciária dos servidores na folha de pagamento constitui uma receita orçamentária de contribuições, pois, embora tenha um destino específico, o valor é arrecadado pelo Tesouro Municipal e aumenta a disponibilidade financeira do ente para cobrir as despesas do fundo de previdência.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 21

A Câmara Municipal analisa o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo exercício. Durante os debates em uma comissão, um vereador aponta duas questões que lhe causam estranheza: primeiro, o projeto de lei da LOA contém um artigo autorizando a prefeitura a realizar uma ampla reforma administrativa, com a criação de novas secretarias; segundo, ele nota que as receitas provenientes de uma operação de crédito (empréstimo) estão sendo destinadas para cobrir despesas correntes com a manutenção da máquina pública, como o pagamento de salários. Um consultor legislativo é chamado para explicar se essas situações ferem algum princípio orçamentário. Acerca dos princípios orçamentários, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(__) O Princípio da Universalidade exige que a Lei Orçamentária Anual contenha a previsão de todas as receitas e a fixação de todas as despesas referentes aos poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

(__) A chamada "Regra de Ouro", um importante princípio orçamentário, veda a realização de operações de crédito

em montante superior ao das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa.

(__) O Princípio da Exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sendo a autorização para criação de secretarias e cargos uma das exceções expressamente permitidas pela Constituição.

(__) Pelo Princípio do Orçamento Bruto, todas as receitas e despesas devem constar na lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 22

A controladoria de um município, ao revisar os processos de pagamento em janeiro de 2025, se depara com uma nota fiscal emitida por um fornecedor em novembro de 2024, referente a um serviço de manutenção emergencial de equipamentos que foi devidamente prestado naquele ano. Contudo, por uma falha administrativa, a despesa não foi empenhada a tempo, antes do encerramento do exercício de 2024. A dívida é legítima e o fornecedor está cobrando o pagamento. Como não houve empenho, a despesa não foi inscrita em Restos a Pagar. O contador explica que o pagamento ainda é possível, mas deve seguir um rito específico. Acerca do tratamento contábil e orçamentário para essa situação, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(__) A situação descrita se enquadra como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), que são dívidas reconhecidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente, mas que não tenham sido processadas na época oportuna.

(__) O pagamento de uma DEA deve ser realizado por meio de dotação orçamentária específica na lei orçamentária do exercício em curso, ou por meio de créditos adicionais, após o reconhecimento formal da dívida pela autoridade competente.

(__) A classificação de uma despesa como DEA também se aplica a compromissos de Restos a Pagar que tiveram sua inscrição cancelada, mas cujo direito do credor permaneça válido e não prescrito.

(__) Uma vez que o orçamento do ano anterior foi encerrado, a obrigação do município com o fornecedor prescreve automaticamente, não sendo mais possível realizar o pagamento de forma legal, mesmo que o serviço tenha sido comprovadamente prestado.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 23

Um auditor interno, após concluir uma série de entrevistas, testes documentais e análises de dados na auditoria do processo de almoxarifado de um hospital municipal, inicia a fase de organização de seus papéis de trabalho. Ele possui cópias de notas fiscais, planilhas com testes de amostragem, anotações das entrevistas com os funcionários e os resultados dos cruzamentos de dados que identificaram divergências de estoque. O supervisor da auditoria reforça que a qualidade e a organização desses documentos são vitais, pois eles constituem o elo entre o trabalho de campo e o relatório final, além de serem a prova material da auditoria realizada. Nesse contexto, qual é a finalidade principal da documentação ou dos papéis de trabalho em uma auditoria?

- (A) Constituir a minuta do relatório de auditoria que será, em sua totalidade, submetida ao gestor da área auditada para que ele possa revisar, corrigir, vetar ou aprovar os apontamentos e as conclusões do auditor antes da emissão da versão final do documento.
- (B) Servir como um arquivo central de todos os documentos originais da entidade auditada, que devem ser retirados de seus locais de origem e mantidos sob a guarda da equipe de auditoria até a conclusão dos trabalhos para evitar qualquer tipo de alteração ou extravio por parte dos gestores.
- (C) Funcionar como um diário pessoal do auditor, no qual ele pode registrar suas impressões subjetivas, opiniões e percepções sobre os funcionários e gestores da área auditada, para subsidiar futuras avaliações de desempenho da equipe do órgão auditado.
- (D) Registrar as evidências do trabalho realizado, de modo a fornecer um registro suficiente e apropriado da base para o relatório do auditor e comprovar que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas técnicas e as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

Questão 24

Ao finalizar um trabalho de auditoria sobre a gestão de convênios em uma secretaria municipal, a equipe de auditores se reúne para redigir o relatório que comunicará os resultados à alta administração. O documento precisa ser claro e eficaz, pois aponta falhas significativas no acompanhamento da execução dos convênios e na verificação das prestações de contas. O auditor-chefe orienta a equipe a seguir as melhores práticas para a elaboração do relatório, a fim de garantir

que os achados sejam compreendidos e que as recomendações provoquem as mudanças necessárias. Acerca das características e da estrutura de um relatório de auditoria interna, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(__) O relatório de auditoria deve ser objetivo, claro, conciso, construtivo e emitido em tempo hábil. Seus achados devem ser suportados por evidências apropriadas e suficientes, e suas conclusões e recomendações devem fluir logicamente a partir dos fatos apresentados.

(__) Com o objetivo de estimular a resolução de problemas, o relatório de auditoria deve focar exclusivamente em propostas de melhoria e recomendações, abstendo-se de detalhar os problemas (condição), as causas e os critérios, para não criar um ambiente de confronto com o gestor auditado.

(__) Um achado de auditoria bem estruturado deve conter, no mínimo, quatro elementos essenciais, conhecidos como os "4 Cs": a Condição (a situação encontrada), o Critério (o que deveria ser), a Causa (a razão da divergência) e a Consequência (o efeito ou impacto do achado).

(__) A distribuição do relatório de auditoria deve ser restrita ao gestor direto da área auditada. As normas de auditoria vedam o compartilhamento dos resultados com níveis superiores da organização, como a alta administração ou o comitê de auditoria, para proteger a confidencialidade do processo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 25

O administrador de um consórcio intermunicipal de saúde, composto por vários municípios catarinenses, está preparando sua prestação de contas anual para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC). Ele possui dúvidas sobre a natureza do julgamento que o TCE-SC realizará sobre sua gestão e as consequências de uma eventual decisão desfavorável. Ele sabe que o Tribunal analisa as contas do Governador e dos Prefeitos, mas não tem certeza se o processo aplicável a ele, como gestor de um consórcio, é o mesmo. Assim, analise as afirmativas a seguir sobre a natureza e a competência do Tribunal de Contas.

I.O Tribunal de Contas é um órgão técnico com autonomia administrativa e financeira, que auxilia o Poder Legislativo no controle externo. Suas decisões que imputam débito ou aplicam multa aos gestores responsáveis têm eficácia de título executivo extrajudicial, podendo ser cobradas judicialmente.

II.O TCE-SC apenas emite um parecer prévio sobre as

contas dos gestores de consórcios e fundos, cabendo o julgamento definitivo e terminativo a uma comissão formada pelos prefeitos dos municípios consorciados. A decisão do Tribunal, nesse caso, é meramente opinativa.

III.A competência do Tribunal de Contas inclui o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, apreciando os atos de gestão não apenas sob o aspecto da legalidade, mas também da legitimidade, economicidade, e os resultados alcançados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 26

A Controladoria Interna de um município está revisando as normas locais que regulamentam a concessão de adiantamentos a servidores, mecanismo também conhecido como suprimento de fundos. O objetivo é garantir que essa forma de execução de despesa, que representa uma exceção ao procedimento regular de licitação e pagamento, seja utilizada estritamente dentro das hipóteses permitidas pela legislação de finanças públicas. A análise visa coibir práticas como o fracionamento de despesas e o uso de suprimento de fundos para pagamentos que deveriam seguir o rito normal. Sobre a correta aplicação do suprimento de fundos, analise as afirmativas a seguir.

I.O regime de adiantamento, ou suprimento de fundos, é utilizável para despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal de execução, como despesas eventuais, de pequeno vulto ou sigilosas, conforme regulamentação específica.

II.O suprimento de fundos é um mecanismo flexível que permite a aquisição de qualquer tipo de bem ou serviço, incluindo a compra de equipamentos permanentes, a realização de obras e o pagamento de serviços de consultoria, desde que o valor total da despesa não ultrapasse o limite estabelecido na legislação.

III.Embora a Lei nº 14.133/2021 tenha atualizado os limites de valor para a dispensa de licitação, o regramento específico da concessão, aplicação e prestação de contas do suprimento de fundos continua fundamentado em normas de direito financeiro, como a Lei nº 4.320/64 e os decretos regulamentadores de cada ente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 27

O novo Secretário de Finanças de um município, ao analisar o relatório de gestão fiscal herdado de seu antecessor, depara-se com um quadro de endividamento complexo. De um lado, há uma série de obrigações de curto prazo, como faturas de fornecedores de merenda escolar vencidas no último bimestre do ano anterior e ainda não pagas (inscritas em restos a pagar), além de um empréstimo de curto prazo tomado junto a um banco para cobrir uma insuficiência momentânea de caixa, com vencimento em 90 dias. De outro lado, o relatório detalha uma dívida de longo prazo, resultante da emissão de títulos públicos municipais realizada há cinco anos para financiar a canalização de um rio, com parcelas de amortização a vencer pelos próximos 15 anos. Para apresentar um diagnóstico claro da situação fiscal à prefeita, o secretário precisa classificar corretamente essas obrigações. Sobre a classificação da dívida pública, analise as afirmativas a seguir.

I.A dívida decorrente da emissão de títulos públicos para financiar a obra de canalização, com vencimento em 15 anos, é classificada como Dívida Pública Mobiliária Consolidada, pois se origina de títulos e possui um prazo de amortização superior a doze meses.

II.As obrigações com fornecedores inscritas em restos a pagar e o empréstimo de curto prazo para cobertura de caixa compõem a Dívida Flutuante do município, que abrange as obrigações exigíveis de curto prazo, normalmente com vencimento dentro de doze meses, decorrentes de despesas regularmente empenhadas e, portanto, dependentes de autorização orçamentária prévia.

III.O conjunto de todas as obrigações financeiras do município, tanto as de curto quanto as de longo prazo, representa a Dívida Ativa, que deve ser gerenciada com o objetivo de minimizar os custos de rolagem e garantir a sustentabilidade fiscal do ente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 28

O município de "Bela Vista" está no meio do exercício financeiro quando dois eventos distintos demandam recursos não previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). O primeiro é uma decisão judicial transitada em julgado que condena o município a pagar uma vultosa indenização a um ex-servidor, uma despesa para a qual não há qualquer dotação orçamentária específica. O segundo evento é a constatação de que a dotação orçamentária destinada à compra de merenda escolar, embora existente, foi subestimada e se mostrará insuficiente para cobrir as necessidades até o final do ano letivo. A Secretaria de Planejamento e Finanças precisa tomar as providências para ajustar o orçamento e

permitir a realização de ambas as despesas, mas sabe que cada situação exige um tipo diferente de crédito adicional, com procedimentos de abertura e fontes de recursos distintas. Considerando a teoria dos créditos adicionais, analise as afirmativas a seguir.

I. Para cobrir a despesa com a indenização judicial, que é uma despesa nova e não prevista no orçamento, a prefeitura deverá solicitar ao Poder Legislativo a abertura de um Crédito Especial, que se destina a atender despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na LOA.

II. Para complementar a verba da merenda escolar, que já possui uma dotação orçamentária mas que se revelou insuficiente, o instrumento correto é o Crédito Suplementar, que serve justamente para reforçar dotações orçamentárias já existentes no orçamento vigente.

III. Em ambos os casos, tanto para o Crédito Especial quanto para o Suplementar, a abertura só é possível se houver indicação da fonte de recursos para cobri-los, como o superávit financeiro do ano anterior, o excesso de arrecadação, a anulação de outras dotações ou operações de crédito autorizadas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 29

O recém-criado Departamento de Auditoria Interna de uma Secretaria Estadual de Saúde está estruturado, conforme o decreto de sua criação, para se reportar administrativamente ao Secretário Adjunto de Administração e financeiramente ao Secretário de Estado da Saúde, que é a autoridade máxima do órgão. Em seu primeiro plano anual de auditoria, a equipe incluiu um trabalho de avaliação da economicidade e da legalidade dos processos de compras de medicamentos de alto custo, cuja gestão é de responsabilidade direta do Secretário Adjunto. Ao tomar conhecimento do plano, o Secretário Adjunto convoca o chefe da auditoria para uma reunião e determina que este trabalho seja removido do plano, alegando que sua equipe já é sobrecarregada, que o processo é muito bem controlado e que a auditoria deveria focar em "problemas mais reais" nas unidades hospitalares. A situação cria um impasse, pois o chefe da auditoria percebe que a recusa em auditar a área do seu superior administrativo pode ser vista como uma subordinação indevida. Esta tentativa de interferência no planejamento da auditoria por parte do Secretário Adjunto representa uma ameaça direta e significativa a qual pilar da atividade de auditoria interna?

- (A) Esta situação representa um claro comprometimento da independência da atividade de auditoria interna. A independência está relacionada ao posicionamento organizacional da auditoria e à liberdade para determinar o escopo de seu trabalho, realizar os exames e comunicar os resultados sem qualquer tipo de restrição ou interferência, sendo que a pressão de um gestor auditado para alterar o plano de auditoria é uma violação clássica deste princípio.
- (B) Trata-se de uma violação da objetividade individual dos auditores. A objetividade refere-se à atitude mental de imparcialidade dos auditores, e ao serem pressionados, eles podem se sentir compelidos a formar julgamentos tendenciosos sobre a área para agradar o Secretário Adjunto, mesmo que a auditoria venha a ser realizada.
- (C) A ameaça principal é à competência e ao devido zelo profissional dos auditores. Ao alegar que a área é "muito bem controlada", o Secretário Adjunto está, na verdade, questionando a capacidade da equipe de auditoria de encontrar falhas relevantes, o que exige que os auditores provem sua competência técnica insistindo na realização do trabalho.
- (D) O princípio mais afetado é o da confidencialidade. A tentativa do Secretário Adjunto de impedir a auditoria pode ser interpretada como uma forma de evitar que informações sobre a gestão de compras se tornem públicas, e a auditoria tem o dever de proteger a confidencialidade das informações, mesmo que isso signifique não auditar certas áreas.

Questão 30

Uma equipe de controle interno está encarregada de auditar as despesas com combustível da frota de veículos de uma prefeitura, que envolve milhares de transações de abastecimento mensais. Antes de selecionar uma amostra de notas fiscais e requisições para teste de detalhe, o auditor-líder executa alguns procedimentos preliminares: ele compara a evolução da despesa mensal total de combustível com a variação do preço médio dos combustíveis na região; calcula o consumo médio (km/litro) para cada modelo de veículo da frota e compara com os padrões do fabricante e com os meses anteriores; e, por fim, analisa a correlação entre a quilometragem registrada nos veículos e o volume de combustível consumido. Um membro da equipe, com foco em testes documentais, questiona se essa análise de indicadores e tendências é, de fato, um procedimento de auditoria válido. Qual das seguintes alternativas descreve adequadamente a técnica de auditoria que está sendo empregada?

- (A) A técnica empregada é a de confirmação externa, que constitui a evidência de auditoria obtida como uma resposta por escrito direta ao auditor de um terceiro. Neste caso, ao comparar com os preços da região, o auditor está, indiretamente, buscando uma confirmação externa dos valores praticados.

- (B) A técnica utilizada é a da revisão analítica, que consiste na avaliação das informações por meio da análise de relações plausíveis entre dados, tanto financeiros quanto não financeiros. O objetivo é identificar flutuações, tendências ou transações atípicas que se mostrem inconsistentes com outras informações relevantes ou que diverjam dos valores esperados, servindo para identificar áreas de risco que necessitam de investigação aprofundada.
- (C) O procedimento em questão é a inspeção, que envolve o exame de registros, documentos ou ativos físicos. A análise dos dados de consumo e quilometragem é uma forma de inspecionar a documentação de suporte da frota de maneira consolidada antes de manusear os papéis individualmente.
- (D) O auditor está aplicando a técnica do recálculo, que se refere à verificação da exatidão matemática de documentos ou registros. A análise de médias e proporções é uma forma complexa de recalcular os valores registrados pela contabilidade para atestar sua precisão aritmética.

Questão 31

A prefeitura de uma cidade turística planeja lançar uma licitação para a construção e operação de um novo centro de convenções. O projeto é de alta complexidade e de grande vulto financeiro. A administração não busca apenas o menor preço para a construção, mas sim a proposta que traga o maior benefício global para o município ao longo do tempo. O modelo de negócio prevê que o vencedor da licitação irá explorar comercialmente o centro de convenções por 20 anos, pagando uma outorga (taxa de concessão) à prefeitura e, ao mesmo tempo, comprometendo-se com um plano de investimentos robusto e com tarifas de uso justas para eventos de interesse público. A comissão de licitação, ciente de que um critério de julgamento simplista seria inadequado, estuda as opções da Lei nº 14.133/2021. Sobre os critérios de julgamento aplicáveis a essa licitação, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() O critério de julgamento de maior retorno econômico é o mais adequado para a situação, pois é utilizado para a celebração de contratos de eficiência, que consideram a maior economia para a Administração, e não para contratos de concessão que envolvem outorga.

() A Lei nº 14.133/2021 permite a utilização do critério de melhor técnica ou conteúdo artístico para a contratação de projetos complexos como o do centro de convenções, atribuindo-se notas para a qualidade técnica da proposta, que será o único fator de decisão para escolher o vencedor.

() O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto é o padrão-ouro para garantir a proposta mais vantajosa para a administração, devendo ser aplicado preferencialmente em todas as licitações, inclusive nas de grande complexidade, para assegurar a máxima economicidade.

() É possível utilizar uma combinação de critérios, como o de técnica e preço, no qual a proposta vencedora será aquela que alcançar a maior média ponderada, obtida pela combinação das pontuações atribuídas às propostas técnica e de preço, sendo este um critério viável para o caso em tela.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
(B) F, F, F, V.
(C) V, F, V, F.
(D) V, V, V, F.

Questão 32

Ao analisar os instrumentos de planejamento de um determinado município, um auditor do controle interno deparou-se com a seguinte situação: o Plano Plurianual (PPA) vigente estabelece, de forma estratégica, a diretriz de "universalizar o saneamento básico na área urbana do município" para o quadriênio. A Lei Orçamentária Anual (LOA) do segundo ano de vigência do PPA aloca um volume considerável de recursos para a construção de uma nova estação de tratamento de esgoto. Contudo, ao examinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do referido ano, o auditor não encontrou metas ou prioridades específicas que vinculassem as diretrizes do PPA à alocação de recursos realizada na LOA, nem as regras que deveriam ser observadas na execução orçamentária do projeto. Essa ausência de detalhamento na LDO gerou questionamentos sobre a integridade e a coerência do processo de planejamento e orçamento. Qual é a função primordial da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que, se tivesse sido corretamente exercida, teria evitado essa lacuna identificada pelo auditor?

- (A) A LDO serve exclusivamente como um instrumento para autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares durante a execução orçamentária, sem a necessidade de aprovação legislativa prévia para cada modificação. Sua finalidade é dar flexibilidade à gestão financeira, não possuindo papel na definição de metas ou na vinculação entre PPA e LOA.
- (B) A LDO é um documento que apenas consolida e repete as diretrizes e os objetivos estratégicos já estabelecidos no PPA para o quadriênio. Sua elaboração anual é uma formalidade legal que não adiciona novos elementos de planejamento, servindo apenas para ratificar o que já foi planejado para o período mais longo.
- (C) A função principal da LDO é detalhar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro, especificando cada programa de trabalho, projeto e atividade com seus respectivos valores. Essencialmente, ela opera como um orçamento preliminar, que é posteriormente consolidado e oficializado na LOA.

- (D) A LDO tem como função primordial estabelecer o elo tático entre o planejamento estratégico de médio prazo, expresso no PPA, e o planejamento operacional de curto prazo, que é a LOA. Ela deve definir as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da LOA, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

Questão 33

Uma equipe de auditoria interna da secretaria de saúde de um estado concluiu os exames de campo de uma auditoria operacional que avaliou a eficiência do programa de distribuição de medicamentos especializados. O rascunho do relatório, conhecido como minuta, aponta diversas falhas, como atrasos na entrega aos pacientes, controles de estoque deficientes e um sistema de informação inadequado. Antes de formalizar o relatório e encaminhá-lo ao Secretário de Saúde, o chefe da auditoria agenda uma reunião com o coordenador do programa de medicamentos e sua equipe de gestão. O objetivo é apresentar os achados preliminares, as evidências coletadas e as recomendações propostas. O coordenador do programa, sentindo-se pressionado, questiona a legalidade dessa reunião, afirmando que a auditoria deveria ser um processo sigiloso e que ele só deveria tomar conhecimento dos resultados quando o relatório final e oficial fosse publicado. Qual princípio fundamental do processo de auditoria justifica a realização dessa reunião de validação com o gestor auditado?

- (A) O princípio do contraditório e da ampla defesa, que, no contexto da auditoria, se manifesta pela oportunidade concedida ao gestor auditado de conhecer previamente os apontamentos e de apresentar suas contrarrazões, esclarecimentos e documentação adicional antes do fechamento do relatório final, visando garantir a precisão, a justiça e a completude do trabalho.
- (B) O princípio da materialidade, que obriga o auditor a discutir seus achados com o gestor para avaliar, em conjunto, o impacto financeiro de cada falha e decidir, com base em valores, quais apontamentos devem ser incluídos no relatório final e quais devem ser descartados por serem irrelevantes.
- (C) O princípio da segregação de funções, segundo o qual a equipe de auditoria (que apura os fatos) deve ser diferente da equipe que redige o relatório, sendo a reunião com o gestor uma passagem de bastão formal entre as duas equipes para garantir a isenção do documento final.
- (D) O princípio da publicidade, que determina que todos os atos da auditoria, incluindo suas minutas de relatório e reuniões de trabalho, devem ser abertos ao público e à imprensa, sendo a reunião com o gestor a primeira etapa para dar transparência ao processo de fiscalização.

Questão 34

A Secretaria de Finanças de um município, ao revisar sua arrecadação, identificou que um grande volume de créditos tributários, principalmente de IPTU e ISS, referentes ao exercício de 2024, não foi pago pelos contribuintes até a data de encerramento do exercício. Para que o município não perca o direito de cobrar esses valores e possa adotar as medidas legais para sua recuperação, o secretário determina que a equipe contábil e tributária inicie os procedimentos para a formalização desses créditos não recebidos. O assistente de controle interno que acompanha o processo precisa se certificar de que todas as etapas legais estão sendo cumpridas. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente o que é a Dívida Ativa e qual o procedimento para sua constituição?

- (A) A Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, que não foram recebidos no prazo para pagamento. Para sua formalização, os valores são apurados e inscritos em registro próprio, ato administrativo que confere certeza e liquidez ao débito e que permite a extração da Certidão de Dívida Ativa (CDA), um título executivo extrajudicial que fundamenta a cobrança judicial.
- (B) A Dívida Ativa representa o total de empréstimos e financiamentos que o município contraiu e que ainda não foram quitados, constituindo o passivo consolidado da entidade. O procedimento para sua constituição é a aprovação de uma lei orçamentária que autorize a operação de crédito e o registro contábil da obrigação no passivo financeiro.
- (C) A Dívida Ativa é formada por débitos de contribuintes que já foram protestados em cartório. O procedimento de constituição se inicia com o envio do nome do devedor a serviços de proteção ao crédito e, somente após a negativação, o valor é registrado como dívida, permitindo o ajuizamento da ação de cobrança.
- (D) A Dívida Ativa é um sinônimo para as despesas empenhadas e não pagas no exercício (Restos a Pagar), representando as obrigações do município com seus fornecedores. O procedimento para sua constituição é o registro contábil dessas obrigações no passivo ao final do exercício financeiro.

Questão 35

Um município, buscando modernizar suas práticas de governança, decidiu fortalecer sua Unidade de Controle Interno, alinhando suas atividades às melhores práticas internacionais. O novo chefe da auditoria interna, ao ser questionado pelo secretariado sobre a necessidade de adotar um referencial normativo complexo como o IPPF, precisa justificar a importância dessa estrutura para a profissionalização e eficácia da função de auditoria. Ele argumenta que, sem uma base conceitual e normativa sólida, as atividades de auditoria podem se tornar subjetivas e inconsistentes, perdendo credibilidade e relevância para a gestão. Diante da necessidade de

esclarecer a composição e o propósito do IPPF para os gestores municipais, qual das seguintes opções descreve corretamente a estrutura e o objetivo desse referencial?

- (A) A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) consiste em um conjunto de leis e regulamentos federais que devem ser compulsoriamente aplicados por todas as entidades municipais no Brasil, sob pena de sanções pelo Tribunal de Contas da União. A sua não observância é considerada uma irregularidade grave na prestação de contas anual do gestor.
- (B) A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) tem como objetivo orientar a prática da auditoria interna em escala global, sendo composta por elementos mandatórios e recomendados. Seus componentes mandatórios incluem a Missão da Auditoria Interna, os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional da Auditoria Interna, a Definição de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, que juntos promovem valor e qualidade à atividade.
- (C) A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) é um referencial aplicável apenas a organizações do setor privado com fins lucrativos, não possuindo diretrizes ou orientações relevantes para a auditoria no setor público. Sua metodologia é voltada para a maximização do lucro e a avaliação de riscos de mercado, sendo incompatível com os princípios da administração pública.
- (D) A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) é um guia focado exclusivamente na avaliação de controles internos financeiros, conforme o modelo COSO, estabelecendo um roteiro rígido para a execução de testes de conformidade contábil. Sua principal finalidade é garantir que os balanços das entidades públicas reflitam com exatidão sua situação patrimonial, não se aplicando a auditorias operacionais ou de sistemas.

Questão 36

A unidade de controle interno de uma prefeitura, ao monitorar a execução de um contrato de obra de grande vulto, regido pela Lei nº 14.133/2021, constatou que a empresa contratada, após receber a primeira parcela do pagamento, paralisou os serviços, demitiu todos os funcionários do canteiro de obras e não apresentou qualquer justificativa plausível à administração, configurando inexecução total do contrato. A Procuradoria do Município, com base no relatório do controle interno, iniciou o devido processo administrativo para a aplicação de sanções. O prefeito, preocupado com o precedente, quer entender a extensão das penalidades que podem ser aplicadas à empresa. Considerando as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. Pela inexecução total do contrato, a administração poderá aplicar à contratada, garantida a prévia defesa,

sanções como advertência, multa, impedimento de licitar e contratar no âmbito do município e, a depender da gravidade, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública.

II. A multa a ser aplicada no caso de inexecução total do contrato não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado, devendo ser calculada na forma prevista no edital ou no contrato.

III. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Tribunal de Contas, não podendo ser aplicada diretamente pelo Prefeito Municipal, que deve apenas comunicar a irregularidade ao órgão de controle externo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III apenas.

Questão 37

Durante a realização de uma auditoria nos contratos de uma secretaria municipal de infraestrutura, um auditor interno identifica evidências robustas que apontam para o direcionamento de uma licitação para beneficiar uma empresa específica, além de um superfaturamento significativo nos serviços prestados. Ao aprofundar a análise, o auditor constata que um gestor de alto escalão, com quem mantém uma relação de amizade de longa data, está diretamente envolvido na aprovação dos pagamentos irregulares. Ciente do impacto que a divulgação desses fatos poderia causar tanto para a carreira do gestor quanto para a estabilidade política da administração, o auditor se vê diante de um complexo dilema ético sobre como proceder. Considerando os princípios do Código de Ética que regem a conduta dos auditores internos, qual é a ação que reflete a devida aplicação dos preceitos de integridade e objetividade profissional?

- (A) O auditor deve conduzir seu trabalho com total imparcialidade, documentando de forma completa e precisa todas as evidências encontradas sobre o direcionamento e o superfaturamento. Seus relatórios devem apresentar os fatos de maneira objetiva, sem qualquer omissão ou atenuação decorrente de relações pessoais ou pressões internas, e devem ser comunicados aos níveis hierárquicos apropriados, conforme definido no estatuto de auditoria interna da entidade.
- (B) O auditor deve apresentar os achados no relatório, mas de forma generalizada, sem nominar os responsáveis ou detalhar o mecanismo da fraude. A abordagem seria a de apontar "fragilidades nos controles de licitação e pagamento" e recomendar melhorias genéricas, de modo a cumprir sua função formal sem expor diretamente o amigo e causar um confronto direto com a alta gestão.

- (C) O auditor deve priorizar a estabilidade da gestão e a continuidade dos serviços públicos, abordando o gestor de forma confidencial para alertá-lo sobre os achados. A recomendação seria a de regularizar a situação internamente e de forma discreta, evitando a formalização no relatório de auditoria para não gerar uma crise institucional, registrando o fato apenas em seus papéis de trabalho para acompanhamento futuro.
- (D) O auditor deve reconhecer o conflito de interesses e, devido à relação pessoal com o gestor envolvido, declarar-se suspeito para continuar com aquela auditoria específica. Ele deve solicitar formalmente ao seu superior hierárquico que designe outro profissional da equipe para reavaliar os achados e dar continuidade ao trabalho, abstendo-se de influenciar na nova análise.

Questão 38

A administração de um grande hospital público municipal enfrenta o desafio de contratar um serviço de gestão de prontuários eletrônicos que seja, ao mesmo tempo, inovador, altamente seguro e capaz de se integrar com sistemas legados complexos. A equipe técnica do hospital reconhece a necessidade, mas admite não possuir o conhecimento aprofundado para definir, de antemão, todas as especificações técnicas da solução ideal. Há o temor de que uma licitação convencional, com um termo de referência rígido e fechado, possa resultar na contratação de uma tecnologia ultrapassada ou que não atenda plenamente às necessidades dinâmicas da unidade de saúde. Um analista de controle interno foi consultado para orientar sobre o procedimento licitatório mais adequado para essa situação complexa, conforme as inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021. Com base no cenário descrito, qual modalidade licitatória é a mais indicada para que a administração possa interagir com os licitantes para desenvolver e refinar a solução antes de apresentar a proposta final?

- (A) A modalidade de licitação indicada é o diálogo competitivo, pois é estruturada para contratações complexas em que a Administração Pública necessita dialogar com licitantes previamente selecionados para desenvolver uma ou mais soluções capazes de atender às suas necessidades. Ao final dos diálogos, os licitantes são convidados a apresentar sua proposta final.
- (B) O procedimento correto é a realização de um pregão, preferencialmente eletrônico, utilizando como critério de julgamento o menor preço. A agilidade e a competitividade do pregão são ideais para a contratação de serviços de tecnologia, mesmo que complexos, pois estimulam a redução de custos para a administração pública.

- (C) A modalidade adequada é a concorrência por técnica e preço, na qual a administração estabelece critérios técnicos detalhados em um termo de referência e julga as propostas com base na combinação da pontuação técnica com o preço ofertado. Isso garante a contratação da melhor solução tecnológica já disponível no mercado.
- (D) A solução é a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com base na notória especialização da empresa a ser contratada. Dada a complexidade técnica do serviço, é inviável a competição, devendo a administração buscar no mercado a empresa que represente a melhor solução e justificar a escolha.

Questão 39

O recém-empossado Controlador Interno de um importante município de Santa Catarina, ao assumir a função, depara-se com uma equipe competente, porém com uma visão de trabalho antiquada, focada quase que exclusivamente na verificação formal de processos de pagamento, uma abordagem puramente de conformidade e com pouco valor agregado à gestão. Determinado a modernizar a unidade e a demonstrar seu valor estratégico para a nova administração municipal, ele decide basear seu plano de trabalho não apenas nas normas internacionais, mas também nas diretrizes estaduais específicas contidas no "Guia Referencial de práticas profissionais aplicadas aos auditores e controladores internos do Estado de Santa Catarina". Ele convoca sua equipe e apresenta uma nova filosofia de trabalho, enfatizando que o papel do controlador moderno transcende a mera fiscalização. Qual das seguintes declarações melhor encapsula a abordagem contemporânea e o papel do controle interno, conforme promovido por guias de boas práticas como o de Santa Catarina?

- (A) O Guia Referencial do Estado estabelece que a principal função do controle interno municipal é atuar como uma extensão do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), devendo sua agenda de trabalho ser definida prioritariamente pelas demandas e pelos planos de fiscalização do controle externo, executando verificações e respondendo a diligências como sua atividade central.
- (B) A atuação do controle interno deve ser a de um parceiro estratégico e consultor da alta gestão, fornecendo avaliações independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles. O foco deve ser proativo e voltado para o futuro, auxiliando a organização a alcançar seus objetivos estratégicos, otimizar o uso de recursos e fortalecer a prestação de contas à sociedade.

- (C) A diretriz fundamental do guia catarinense para o controle interno é a de se concentrar estritamente na auditoria de conformidade, ou seja, na verificação da legalidade formal dos atos e documentos, sendo expressamente vedada a realização de auditorias operacionais ou de desempenho, que avaliam a eficiência, a economicidade e a eficácia da gestão, por serem consideradas de competência exclusiva do controle externo.
- (D) Conforme a orientação do guia estadual, o controle interno deve adotar uma postura eminentemente punitiva, e sua principal medida de desempenho e efetividade é o número de processos administrativos disciplinares e de tomadas de contas especiais que são instaurados a partir de seus relatórios, reforçando seu papel como o principal agente de combate à corrupção na administração municipal.

Questão 40

Um pequeno município no interior do estado, com uma população de 15.000 habitantes, está em processo de transição para a aplicação plena da Lei nº 14.133/2021. O procurador jurídico do município, ao revisar os novos procedimentos, enfatiza a necessidade de que todos os editais de licitação, contratos e aditivos sejam publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O prefeito, preocupado com a capacidade técnica e os custos que essa nova exigência pode trazer, questiona o procurador, argumentando que ouviu dizer que municípios de pequeno porte teriam regras mais brandas e que a publicação no diário oficial do município e no site da prefeitura já seria suficiente para garantir a publicidade e a transparência. O controlador interno é chamado para emitir uma nota técnica sobre a obrigatoriedade e a função do PNCP. Acerca do PNCP no contexto da nova Lei de Licitações, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() O PNCP é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, sendo seu uso compulsório para a União, os Estados, o Distrito Federal e todos os Municípios, independentemente do porte populacional.

() A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os municípios devem, preferencialmente, utilizar sistemas de compras eletrônicas, mas a operacionalização das licitações, como o recebimento de propostas e a fase de lances, ocorre dentro do próprio PNCP, que funciona como uma plataforma unificada de pregão eletrônico para todo o Brasil.

() Enquanto não tiverem capacidade de cumprir a regra, os municípios com até 20.000 habitantes têm um prazo de seis anos, a contar da publicação da lei, para se adaptarem à obrigatoriedade de publicação no PNCP, podendo, durante esse período, continuar a publicar seus atos de licitação em site oficial próprio e no diário oficial.

() A publicação no PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, o que significa que um contrato assinado, mas não divulgado

no portal, não produzirá seus plenos efeitos jurídicos, reforçando a compulsoriedade da ferramenta.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) V, F, F, V.

(B) F, V, V, F.

(C) V, V, F, F.

(D) F, F, V, V.

